

LUCROS DA BANCA AUMENTAM 135% ENTRE 2004 E 2006, E EM 2006 OS LUCROS DA BANCA NÃO SUJEITOS A IMPOSTOS ATINGIRAM 1.488 MILHÕES DE EUROS TENDO O ESTADO PERDIDO 409 MILHÕES DE EUROS DE RECEITA FISCAL

RESUMO DESTE ESTUDO

O 1º ministro e o ministro das Finanças têm repetido que a banca vai pagar os mesmos impostos que pagam as outras empresas. No entanto, o Relatório de Estabilidade Financeira do ano de 2006, que contém dados sobre o sector bancário, que o Banco de Portugal acabou de divulgar, revela que isso mais uma vez não aconteceu em 2006.

Efectivamente, de acordo com dados desse Relatório, entre 2004 e 2006, os lucros da banca não sujeitos a impostos aumentaram de 919 milhões de euros para 1.488 milhões de euros, ou seja registaram um crescimento de 62%. Se se considerar o período de 2004 a 2006, os lucros que não pagaram impostos, devido a benefícios e deduções fiscais que a banca continua a gozar em Portugal, somaram 3.930 milhões de euros, o que determinou uma perda de receita fiscal para o Estado avaliada em 1.081 milhões de euros. Só no ano de 2006, essa perda de receita atingiu 409 milhões de euros. Como consequência, a taxa legal de imposto que a banca devia pagar é de 27,5% (IRC: 25%; derrama 2,5%), no entanto a taxa efectiva média de imposto que a banca pagou, no período 2004-2006, foi apenas de 15,3% (em 2006, atingiu 17,6%).

Entre 2004 e 2006, os lucros da banca antes de pagar impostos aumentaram 135,8%, pois passaram de 1.748 milhões de euros para 4.121 milhões de euros. Estes elevados lucros têm sido conseguidos em grande parte à custa da redução das despesas com pessoal. Em 2004, os custos com pessoal, que incluem também os custos com os administradores e outros corpos gerentes da banca, representaram 43% do “produto bancário” e 55,2% do VAB do sector, enquanto em 2006 já representaram 30,6% do “produto bancário” e 37,6% do VAB do sector. Esta redução de custos tem sido obtida através do envio para a reformar de milhares de trabalhadores com 55 anos de idade ou pouco mais, por meio de aumentos salariais inferiores mesmo à subida da inflação (em 2007, os salários foram aumentadas em cerca de 2% quando a taxa de inflação em 2006 atingiu 3,1% e os lucros da banca em 2006 cresceram 38%), através do não pagamento de uma grande parte das horas extraordinárias feitas pelos trabalhadores, e ainda pela imposição de salários muitos baixos aos jovens no início da carreira, incluindo licenciados.

Um dos proveitos da banca que mais tem aumentado são os que têm como origem as comissões cobradas pela banca. Entre 2004 e 2006, as receitas de comissões subiram de 1.923 milhões de euros para 2.478 milhões de euros, o que significa um crescimento de 28,9%. Durante o mesmo período, a “margem financeira (diferença entre os juros cobrados pela banca por crédito concedido e juros pagos pela banca aos depositantes) registou um aumento de apenas 17%, ou seja, o crescimento das receitas líquidas das comissões cobradas foi 70% superior ao aumento da “margem financeira” que é actividade por excelência da banca. Razão têm os portugueses para estarem descontentes com as variadas e pesadas comissões que a banca cobra impunemente em Portugal, as quais têm sido uma fonte importante dos elevados lucros que os bancos anunciam todos os anos. Esta situação, associada a duas outras não menos graves – subida continua e brutal dos juros cobrados pela banca (entre 2005 e 2007 aumentaram cerca de 100%) e elevado endividamento da população que atingiu em 2006 o correspondente a 124% do rendimento disponível – está a provocar uma generalizada insegurança entre as famílias portuguesas e graves rupturas nos orçamentos familiares insuficientes.

O Banco de Portugal acabou de publicar o seu relatório anual sobre a “Estabilidade do Sistema Financeiro”, que contém dados agregados sobre os resultados da banca no ano de 2006. E esses dados revelam, por um lado, que os lucros da banca continuaram a crescer a um ritmo muito elevado e, por outro lado, que a banca continua a pagar uma taxa efectiva de imposto muito inferior à taxa legal, devido aos inúmeros benefícios e deduções fiscais que os bancos continuam a gozar no nosso País.

A BANCA NÃO PAGOU IMPOSTOS SOBRE 1.488 MILHÕES DE EUROS EM 2006

O quadro seguinte, construído com dados do Relatório do Banco de Portugal, permite obter uma ideia dos elevados lucros obtidos pela banca assim como dos benefícios que continua a gozar no nosso País, contrariando assim as afirmações do governo de que a situação iria mudar.

QUADRO I – LUCROS NÃO SUJEITOS A IMPOSTO E TAXA EFECTIVA DE IMPOSTO

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	TOTAL	VARIAÇÃO
	Milhões de euros				2006/04
1-RESULTADOS ANTES DOS IMPOSTOS (RAI)	1.748	2.981	4.121	8.850	135,8%
2- Imposto sobre os lucros do exercício	228	401	724	1.353	
3-TAXA DE IMPOSTO SOBRE LUCROS TOTAIS (2:1)	13,0%	13,5%	17,6%	15,3%	
4- LUCROS TOTAIS DEPOIS DE DEDUZIDOS IMPOSTOS (1 – 2)	1.520	2.580	3.397	7.497	123,5%
5- LUCROS PARA EFEITOS FISCAIS (2) : (27,5%)	829	1.458	2.633	4.920	217,5%
6 - LUCROS NÃO SUJEITOS A IMPOSTOS	919	1.523	1.488	3.930	62,0%
7 - RECEITA FISCAL PERDIDA DEVIDO BENEFICIOS E DEDUÇÕES NA BANCA (27,5% dos lucros não sujeitos a impostos)	253	419	409	1.081	
8- Taxa legal de Imposto sobre lucros (IRC: 25%; Derrama:2,5%)	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	

FONTE: Relatório de Estabilidade Financeira - 2004, 2005 e 2006- Banco de Portugal

Entre 2004 e 2006, os lucros da banca aumentaram 135,8%, que é um valor exageradamente elevado (só entre 2005 e 2006, cresceram 38%). No entanto, para se poder compreender outro aspecto que tem beneficiado muito a banca, é necessário distinguir lucros totais da banca (Resultados antes dos Impostos) e lucros para efeitos fiscais. Os lucros para efeitos fiscais, com base nos quais se calcula os impostos que a banca tem de pagar, obtém-se dos lucros totais deduzindo, a estes, os benefícios e as deduções aceites para efeitos fiscais. É por essa razão que, em 2006 por ex., dos 4.121 milhões de euros de lucros que a banca obteve apenas 3.397 foram sujeitos a impostos, ficando isento de impostos 1.488 milhões de euros. Como consequência, a taxa legal de imposto que é de 27,5% (25% referente ao IRC e 2,5% de derrama para as câmaras municipais) baixou para uma taxa efectiva de imposto de apenas 17,6%, o que corresponde somente a 64% da taxa legal.

EM 3 ANOS O ESTADO PERDEU 1.081 MILHÕES DE RECEITA FISCAL COM A BANCA

Se consideramos os dados constantes do quadro I, que se referem a um período de 3 anos (2004-2006), os lucros não sujeitos a impostos atingiram 3.930 milhões de euros o que determinou uma perda de receita fiscal avaliada em 1.081 milhões de euros, que o Estado teria recebido a mais se a banca pagasse a taxa legal de imposto (27,5%). Como consequência também dos elevados valores de benefícios e deduções fiscais que a banca obteve, a taxa efectiva média de imposto foi apenas de 15,3%, o que corresponde somente a 55,6% da taxa legal de imposto.

Interessa também referir que, entre 2004 e 2006, ou seja, em dois anos apenas, os lucros da banca antes de pagar impostos aumentaram 135,8%, e que os lucros não sujeitos a impostos cresceram 62%, pois passaram de 919 milhões de euros para 1.488 milhões de euros.

EM 2006, OS CUSTOS COM O PESSOAL REPRESENTARAM APENAS 30,6% DO PRODUTO BANCÁRIO E 37,6% DO VAB DA BANCA

O aumento dos lucros da banca foi conseguido fundamentalmente à custa da redução da percentagem que os custos com pessoal representam em relação ao Produto Bancário e ao VAB do sector, este último obtido do primeiro deduzido os "Gastos Gerais Administrativos", como mostram os dados do Banco de Portugal constantes do quadro seguinte.

QUADRO II – Percentagem que os Custos com Pessoal representam do Produto Bancário e do VAB do sector no período 2004 – 2006

ANOS	Em Milhões de Euros				% Custos com Pessoal do Produto Bancário	% Custos com Pessoal do VAB
	Produto Bancário	Gastos Gerais Administrativos (GGA)	VAB= Produto Bancário - GGA	Custos com Pessoal		
2004	8.535	1.891	6.644	3.667	43,0%	55,2%
2005	9.809	1.956	7.853	3.300	33,6%	42,0%
2006	10.936	2.026	8.910	3.349	30,6%	37,6%
Varição	28,1%	7,1%	34,1%	-8,7%	(-) 12,3 pp	(-) 17,6 pp

Fonte: Relatório de Estabilidade Financeira - 2005 e 2006 - Banco de Portugal

Entre 2004 e 2006, a percentagem que os “Custos com Pessoal” representa do Produto Bancário diminuiu de 43% para 30,6%, portanto sofreu uma redução de 12,3 pontos percentuais (em percentagem – 28,7%), e a percentagem que os “Custos com Pessoal” representam do VAB do sector, que se obtém deduzindo ao “Produto Bancário” os “Gastos Gerais Administrativos”, baixou de 55,2% para apenas 37,6%, ou seja, sofreu uma redução de 17,6 pontos percentuais (em percentagem -31,9%). Esta redução de “Custos com Pessoal” tem sido conseguido fundamentalmente através de reformas antecipadas que a banca tem imposto a trabalhadores com 55 anos ou pouco anos mais. Como os bancos gerem os fundos de pensões que asseguram o pagamento das reformas à maioria dos bancários, eles tem aproveitado essa situação de domínio para transformar os fundos de pensões em instrumento de redução dos custos com pessoal. Em relação a muitos bancos, a relação de activos por reformado é de 1 para 2, ou seja, para cada trabalhador activo existem dois trabalhadores reformados. Para além disto, a redução tão elevada dos custos com pessoal tem sido obtida à custa de aumentos salariais inferiores à subida da inflação (em 2007, o aumento dos salários foi inferior a 2%, apesar da taxa de inflação em 2006 ter atingido 3,1% e dos lucros terem subido 38%), e por meio também do não pagamento de um numero muito grande de horas extraordinárias realizadas pelos trabalhadores, e através também da imposição de salários muito baixos aos jovens, incluindo licenciados.

EM 2006, A RECEITA LIQUIDA DAS COMISSÕES COBRADAS PELOS BANCOS ATINGIU 2.478 MILHÕES DE EUROS

Uma das receitas dos bancos que mais tem aumentado nos últimos anos foi a receita das comissões cobradas, como revelam os dados do Relatório do Banco de Portugal constantes do quadro seguinte.

QUADRO III – PROVEITOS RESULTANTES DE JUROS E COMISSÕES

RÚBRICAS	2004	2005	2006	VARIÇÃO 2006-04
	Milhões euros			
PRODUTO BANCÁRIO	8.535	9.809	10.936	28,1%
MARGEM FINANCEIRA	5.119	5.375	5.987	17,0%
COMISSOES LIQUIDAS	1.923	2.212	2.478	28,9%

FONTE: Relatório de Estabilidade Financeira - 2004, 2005 e 2006- Banco de Portugal

Em 2006, a receita líquida dos bancos resultante das comissões que cobram atingiu 2.478 milhões de euros, o que representa um aumento de 12% relativamente à de 2005, que foi neste ano de 2.212 milhões de euros. Entre 2004 e 2006, as receitas de comissões aumentaram 28,9%, enquanto as que têm com origem a “margem financeira” (diferença entre os juros que a banca cobra pelo crédito concedido e os juros que paga aos depositantes), cresceu 17%, ou seja, menos 41,2% que a subida registada nas comissões. Em 2004, as receitas de comissões correspondiam a 37,6% da “margem financeira”, enquanto em 2006 já representaram 41,4%. Razões têm os portugueses para estarem descontentes com as múltiplas e pesadas comissões que são obrigados a pagar à banca, as quais alimentam uma parte importante dos seus elevados lucros.

Eugénio Rosa
Economista
edr@mail.telepac.pt
7.6.2007